

PSICOLOGIA FEMINISTA E GRUPOS REFLEXIVOS EM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO EM UMA CLÍNICA-ESCOLA

Bárbara Araújo Sordi

Resumo: Este artigo visa apresentar a prática de grupos reflexivos que atuam com violências de gênero na clínica de Psicologia da Universidade da Amazônia, do projeto “Sobre (Bem) Viver”, cujos serviços estendem-se às mulheres vítimas de violência doméstica e à população LGBTQIAP+. Realiza-se revisão bibliográfica sobre a Psicologia Feminista, proposta por Conceição Nogueira, e sobre o conceito de matriz colonial de gênero de Maria Lugones, para, como resultado, circunscrever a Psicologia Feminista Contracolonial como campo epistemológico e a metodologia das práticas circulares, de Kay Pranis, como técnica de facilitação. Conclui-se que há relevância social no projeto, com impacto direto na comunidade, assim como na formação pessoal e profissional das estudantes, que desenvolvem lentes críticas, políticas e historicamente contextualizadas que atravessam seus dispositivos terapêuticos, mas sobretudo pelo espaço crítico de fissura da Psicologia tradicional, com práxis comprometidas com enfrentamentos de violências estruturais.

Palavras-chave: Violência de gênero. Grupos Reflexivos. Práticas Circulares. Psicologia Feminista.

FEMINIST PSYCHOLOGY AND REFLECTIVE GROUPS ON GENDER VIOLENCE IN A PSYCHOLOGY CLINIC

Abstract: This article aims to present the practice of reflective groups on gender violence in the Psychology clinic of the University of Amazônia, from the “Sobre (Bem) Viver” project, whose services extend to women victims of domestic violence and the LGBTQIAP+ community. The study used was a bibliographical review about Feminist Psychology, proposed by Conceição Nogueira, and the concept of colonial gender matrix by Maria Lugones, to circumscribe Countercolonial Feminist Psychology as an epistemological field and present the methodology of circular practices, by Kay Pranis, as a technique of facilitation. In this way, the relevance of the study can be seen with a direct impact on the community, as well as on the personal and professional training of the participants, which develops tools and theoretical support for clinical management and also for prevention and health promotion, but above all for the critical space of fissure of traditional Psychology, based on praxis committed to coping with psychological violence.

Keywords: Gender violence. Reflective Groups. Circular Practices. Feminist Psychology.

PSICOLOGÍA FEMINISTA Y GRUPOS DE REFLEXIÓN SOBRE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN UNA CLÍNICA-ESCUELA

Resumen: Este artículo tiene como meta presentar la práctica de los grupos reflexivos que practican la violencia de género en la Clínica de Psicología de la Universidade da Amazônia, del proyecto “Sobre (Bem) Viver”, cuyos servicios se extienden a las mujeres víctimas de violencia doméstica y a la población LGBTQIAP+. Se realiza una revisión bibliográfica sobre la Psicología Feminista, propuesta por Conceição Nogueira, y el concepto de matriz de género colonial de Maria Lugones, para circunscribir la Psicología Feminista contracolonial como campo epistemológico y la metodología de prácticas circulares, de Kay Pranis, como técnica de facilitación. Se concluye la fortaleza social del proyecto, con impacto directo en la comunidad así como en la formación personal y profesional de los estudiantes, que desarrolla lentes críticos, políticos e históricamente contextualizados que atraviesan sus dispositivos terapéuticos, pero sobre todo a través del espacio crítico de fisura de la psicología tradicional, con practicas comprometidas con el afrontamiento de la violencia psicológica.

Palabras clave: Violencia de género. Grupos Reflexivos. Prácticas circulares. Psicología Feminista.



1. INTRODUÇÃO

Apesar das políticas para combate e enfrentamento de violências de gênero, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, no mundo, uma em cada três mulheres já foi ou será vítima de violência doméstica, fato mais incidente em países em desenvolvimento como o Brasil, em que tais dados são alarmantes, como os da recente pesquisa do IPEA (2023), que apontam dois estupros a cada minuto.

Segundo o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), no ano de 2021, foram notificados 632 casos de agressão física por dia. Além disso, somente em janeiro e fevereiro de 2022, o estado do Pará registrou 18.428 ocorrências de violências de natureza física, psicológica e sexual contra a mulher. Somam-se a esses números dados que apontam que a taxa de feminicídios se encontra acima da média nacional, localizando-se na terceira posição dos estados da região Norte.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), oficializou-se a importância do reconhecimento estatal e social diante da realidade enfrentada por mulheres, impulsionando-se o debate sobre a educação para prevenção de violências e a promoção de saúde desse público, a partir da oferta de uma rede de serviços de acolhimento, com delegacias especializadas, casas-abrigos e medidas de amparo e segurança.

Contudo, a rede psicossocial ainda apresenta limitações em relação a tais demandas, seja pelo número incipiente de serviços para acolher um número expressivo de casos, seja pela subnotificação que decorre dos empecilhos externos (como dependência afetiva e econômica, medo, vergonha, desencorajamento, falta de apoio familiar e social) e que se desdobra em dificuldades para que mulheres façam uso dos serviços. Fatores envolvidos nisso são, entre outros, a falta de reconhecimento e a ausência de investimento e efetivação de trabalhos psicoeducativos em letramento de raça e gênero nas graduações e nos serviços ofertados em diversas instituições sociais, como empresas, escolas, sistemas jurídicos e afins.

Considerando que não são apenas as mulheres vítimas de violências domésticas que sofrem por violências de gênero, mas que há um cenário produtor de violências simbólicas que afeta toda a sociedade (e toda mulher, em maior ou menor proporção, sobretudo as negras) e pessoas que se afastam do modelo hegemônico tido como padrão de normalidade, como

a população LGBTQIAP+, verifica-se a importância de serviços que reconheçam esse fenômeno social estrutural, a fim de desenvolver práticas de enfrentamento e de promoção de saúde. Nesse sentido, surgiu o projeto “Sobre (Bem) Viver” no curso de Psicologia da Universidade da Amazônia, em Belém do Pará, o qual oferta espaço de cuidado, por meio de grupos reflexivos, para pessoas em situação de violência de gênero.

Mediante a importância dos estudos feministas e de gênero na formação teórica e prática de estudantes de Psicologia e o compromisso da Psicologia enquanto agente de transformação social, acessível à realidade da população, este artigo visa apresentar a prática do projeto “Sobre (Bem) Viver”, cujo trabalho ampara-se em uma Psicologia Feminista Contracolonial, com oferta de grupos reflexivos para atendimento a violências de gênero, entre elas, a violência contra as mulheres.

Sua relevância está em publicar práticas consideradas satisfatórias da Psicologia em solos amazônicos, apresentando a proposta de trabalho como modelo para possíveis replicações em outras instituições educacionais, assim como em realizar reflexões sobre a importância dos estudos feministas e de gênero na formação da Psicologia, enquanto ciência e profissão, diante da promoção da Psicologia Feminista enquanto práxis possível e necessária.

Para tal, após a apresentação do projeto, serão explicados os aspectos epistemológicos da Psicologia Feminista, a fim de evidenciar seu marco de surgimento e desenvolvimento. Posteriormente, apresentar-se-á a proposta de uma Psicologia Feminista Contracolonial, com o intuito de circunscrevê-la enquanto campo teórico e prático, para, por fim, compartilhar a metodologia das práticas circulares como recursos para os grupos reflexivos feministas na promoção de saúde mental, protagonismo e emancipação de participantes.

2. O PROJETO “SOBRE (BEM) VIVER”

O projeto “Sobre (Bem) Viver” teve início no ano de 2017, com o nome “SobreViver às Violências”, na Universidade da Amazônia, no curso de Psicologia. Diante de demandas de sofrimento de estudantes por violências de gênero e devido à retirada da disciplina “Psicologia da Sexualidade e Direitos Humanos” da ementa curricular, a coordenação do curso pensou em estratégias de enfrentamento que se desdobraram em grupos de estudos sobre feminismos e estudos de gênero. No mesmo período, constatou-se que o “Plantão Psicológico”, projeto de atendi-

mento realizado na Clínica de Psicologia¹ dessa instituição, também demandava situações de violência de gênero, fato que resultou, no semestre seguinte, na extensão do grupo de estudos para um projeto de grupos reflexivos de atendimento à comunidade. Sendo assim, o projeto passou a ofertar semanalmente o grupo para mulheres em situação de violência doméstica (“Marias do Grão-Pará”), homens em situação de violência doméstica (“Novos Trilhos”), comunidade LGBTQIAP+ (“Coragem de Ser”) e discentes LGBTQIAP+ (“Lugar de Fala”).

A divisão em dois grupos quanto à população LGBTQIAP+ se deu devido ao grande número de estudantes que procuravam a coordenação por conta de sofrimentos relacionados à identidade, à orientação sexual e aos conflitos sociais e familiares, verificando-se a necessidade de um espaço específico para acolhimento que levasse em consideração a idade, por se tratar, geralmente, de jovens estudantes. Posteriormente, o projeto passou por ampliações, com a expansão dos grupos reflexivos a profissionais que trabalham com violência contra as mulheres, em delegacias e/ou abrigos; além da realização de atividades educativas, com jogos e oficinas pedagógicas oferecidas nas próprias disciplinas do curso de Psicologia, em escolas, centros de assistência social, unidades básicas de saúde e praças públicas.

Nesse processo, também foram realizadas parcerias com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará para encaminhamentos que, em contrato de cooperação, ofertaram vagas para formação continuada às participantes, formando facilitadoras de práticas circulares para justiça restaurativa em casos de violência doméstica e grupos reflexivos para homens em situação de violência contra as mulheres.

Devido ao avanço de leituras em Psicologia Feminista e em estudos decoloniais, assim como em decorrência da avaliação da permanência e adesão de participantes, modificou-se nome do projeto para uma ênfase na saúde², e

¹ A clínica de Psicologia localiza-se na Universidade da Amazônia, no campus situado na avenida Alcindo Cacela (Belém-PA), e é uma clínica-escola que oportuniza aos alunos projetos para atendimento clínico e plantão psicológico.

² A noção de bem-viver emerge da expressão quéchua *Suma Kawsay*, oriunda da filosofia de povos andinos, e torna-se mais difundida enquanto escopo político e com maior visibilidade internacional a partir do constitucionalismo latino-americano, mais precisamente no Equador, em 2008, e na Bolívia, em 2009, locais que passaram a abordar essa ideia como um direito e princípio ético. Essa compreensão busca abandonar a lógica mercadológica e escravocrata capitalista que vende a noção de “viver melhor” de forma que a liberdade é associada diretamente ao consumismo e à falsa noção de meritocracia. Com isso, há naturalização da desigualdade social, diante da extinção de pensamento crítico das relações de poder históricas. Dessa forma, o bem-viver, indo na contramão dessa visão, estaria atrelado à noção de garantia de dignidade, direitos, subsistência e meio ambiente saudável, sem discriminações gendradas e racializadas. Incorporando a noção de cosmovisão de povos ameríndios, romperia com a noção dicotômica e hierárquica de natureza e cultura, propondo uma outra forma de se relacionar consigo e com o ecossistema (COSTA, 2017).

não na violência, compreendendo a importância de possibilitar espaço para livre demanda comunitária, ampliando debate para acolhimento de mulheres em relacionamentos abusivos que, por exemplo, não conseguem se identificar e/ou nomear-se como vítimas de violência doméstica ou de homens que têm desejo de refletir sobre masculinidades, sem necessariamente estarem envolvidos em processo judicial de violência doméstica.

Atualmente, o projeto tem funcionado com a oferta de espaço para os grupos semanais e de ações externas e formativas à comunidade. Além dos serviços, o projeto conta com três encontros semanais para as estudantes facilitadoras do processo, divididos em um momento de planejamento das ações, um momento de grupo de estudos teóricos (com leitura de um artigo ou capítulo de livro por semana, referenciados em estudos de gênero e raça) e um momento de supervisão, em que se prioriza o acolhimento, a troca de experiências e o acesso às vivências pessoais a partir da compreensão de que as facilitadoras também são mulheres afetadas pelas estruturas sociais em suas histórias particulares, assim como pelos encontros com as situações de violências e vulnerabilidades.

Sordi (2022) considera que a possibilidade de espaço seguro sem julgamento e que testemunhe vivências, sem duvidar de sua veracidade ou contestar moralmente o comportamento feminino, permite com que mulheres possam sair do lugar de silenciamento e de não reconhecimento do vivido, possibilitando elaborações traumáticas e novas posições subjetivas. Além disso, ressalta a autora, o encontro entre mulheres permite a identificação, a sensação de amparo e aceitação, rompendo o isolamento social e permitindo desconstruções por meio de questionamentos críticos, que possibilitam desnaturalizar violências e compreender seu caráter estrutural, além de compreender seus corpos como políticos e identificar formas de enfrentamento. Nessa direção, o projeto se alicerça a partir dos marcadores epistemológicos da Psicologia Feminista, dos estudos pós-coloniais e decoloniais, assumindo uma postura referendada pela Psicologia Feminista Contracolônia.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICOLOGIA FEMINISTA

A Psicologia Feminista é uma proposição dentro da Psicologia que se assemelha à prática da Psicologia Social, uma vez que visa promover autonomia, emancipação e protagonismo social, a partir de lentes críticas, políticas e historicamente contextualizadas que atravessam seus dispositivos terapêuticos. Sua particularidade está na compreensão de sexualidade e gê-

nero como constituintes indispensáveis dos modos de subjetivação, sendo, portanto, fundamental na compreensão dos fenômenos psíquicos e sociais, assim como na atuação da/o profissional de Psicologia, a partir de sua demarcação política no reconhecimento dos processos estruturais da sociedade e de seu compromisso teórico e prático para a emancipação social.

A assunção do termo “feminismo” surgiria como um demarcador de sustentação política, na qual a nomeação se torna fundamental, tendo em vista a não aplicabilidade e o reconhecimento de gênero nas disciplinas e teorias, cuja abordagem transversal de tais reflexões permanece como promessa, logo fatidicamente invisibilizadas. Dessa maneira, é uma vertente que, apesar de pouco difundida e (re)conhecida, propõe a interseção entre clínica e política, Psicologia e feminismo, por meio de dispositivos terapêuticos distintos, e na qual a temática identitária e as coerções capilares de poder são fundamentais para pensar os sofrimentos psíquicos da humanidade e as estruturas e relações sociais.

Seu surgimento se deu ao denunciar o androgenismo na Psicologia, posto que os sujeitos pesquisadores eram homens que estudavam apenas os tópicos que os atravessavam, como agressividade, de forma essencialista. Como consequência, os resultados eram tidos como universais, aplicando-se às mulheres sem maiores análises. As pesquisadoras psicólogas desse período iniciaram, então, os estudos embrionários que inauguraram o campo de pesquisa sobre as mulheres e sobre a pluralidade de significados sobre gênero (NOGUEIRA, 2017).

Com o avanço dos estudos de gênero na epistemologia pós-moderna, a partir dos anos 1990, enfatizam-se críticas às posições essencialistas e, em uma perspectiva pós-moderna, questionam-se verdades universais, examinam-se as relações sociais e políticas, valorizando-se a precisão histórica e afirmando-se que as características atribuídas aos homens e às mulheres não são determinadas pelo sexo e pelo corpo biológico, mas por produções de relações de poder, proporcionando novas bases para o questionamento do feminismo e da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Para Nogueira (2017), seriam três os fatores que proporcionariam a emergência da Psicologia Feminista crítica: 1) o relativismo pós-moderno – que questiona os filósofos clássicos das “grandes narrativas” tidas como verdades e reconhece a identidade como fragmentada, plural e conflitiva –; 2) a perspectiva da construção social, que analisa e descreve os padrões cultu-

rais, decompondo os sistemas de significados que constroem interações e que direcionam as relações de poder e os recursos, manifestando-se em um emaranhado de sutilezas nas relações; e 3) o Feminismo Negro e o método interseccional, que denunciam o racismo estrutural nas bases do feminismo hegemônico promovido pelas mulheres brancas burguesas – que reiterava violências e não contemplava a diversidade de opressões vivenciadas por outras mulheres –, além de propor um mergulho em matrizes africanas, descentralizando o pensamento branco como verdade única e coerente sobre os corpos e as subjetividades e indagando relações de poder que constituem espaços e organizações sociais.

Este último ponto merece destaque, devido à compreensão de interseccionalidade, fundamental para sua demarcação. Utilizado pela primeira vez pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 2001, essa compreensão busca ofertar a instrumentalidade teórica e metodológica “da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” que permite analisar a colisão das estruturas para oportunizar uma sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários, bem como analisar com rigor a instrumentalidade dos conceitos de raça, nação, gênero e classe e, por fim, dar atenção à matriz colonial moderna (AKOTIRENE, 2018, p. 14-15).

Nogueira (2017) defende que a noção de identidade não é aditiva (mulher + branca + heterossexual), mas multiplicativa (mulher x branca x heterossexual), ou seja, todas essas facetas são integradas e inter-relacionadas de forma complexa e sinérgica, posto que, se se cindisse cada um desses marcadores, o sentido seria completamente outro. Para melhor explicar, a autora utiliza a metáfora de uma receita de bolo, em que os ingredientes separados não contemplam os ingredientes fundidos, que, uma vez misturados, não podem mais ser separados.

Em posse da interseccionalidade enquanto método teórico, a Psicologia Feminista, crítica ao modelo tradicional, a-histórico e acrítico da Psicologia tradicional, debruça-se sobre a interdisciplinaridade de saberes a fim de pensar modos de subjetivação, como as emocionalidades e as performances de gênero. Considerando que a Psicologia tradicional reitera um modelo de ciência eurocêntrico e impraticável ou distante da realidade dos povos da América Latina, a Psicologia Feminista denuncia a aliança com relações de poder da elite capitalista, uma vez que estas mantêm uma perspectiva meritocrática e biomédica, ignorando aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos, responsabilizando sujeitos e não produzindo espaços para o desenvolvimento

da cidadania, da autonomia, da emancipação e do protagonismo.

Ou seja, tensiona o próprio lugar da Psicologia enquanto ciência e profissão e propõe uma forma outra de pensar o saber e o fazer psicológicos, em que as noções de saúde e doença, normal e patológico, diagnósticos e tratamentos são refletidas a partir de uma perspectiva crítica em que estudos de gênero, estudos feministas e de raça são fundamentais. Posiciona-se, portanto, como uma ferramenta que rompe silêncios, sofrimentos e sintomas psíquicos, enfrentando temas marginalizados socialmente, como aborto, violência de gênero, direitos da população LGBTQIA+, saúde das mulheres, sexualidade feminina, masculinidades, entre outros (NOGUEIRA, 2017).

Esses eixos, tratados pela Psicologia tradicional como exceções, recortes, são considerados pela Psicologia Feminista como inerentes às relações sociais, traduzindo a estrutura social. Logo, são inerentes aos modos de subjetivação contemporâneos e às relações sociais, também consideradas relações de poder. Portanto, não contemplam apenas as populações consideradas minorias, mas toda a sociedade, atravessando todas as áreas em que a Psicologia se faz presente: escolas, hospitais, organizações, clínicas, entre outras.

Entre suas práticas, propõe a análise das interseções sociais e pessoais; o aumento da consciência da prática feminista dentro da Psicologia; a redução das diferenças de saber-poder na relação terapêutica; a valorização das experiências e dos saberes individuais e coletivos; o fortalecimento de práticas coletivas como rede de apoio e para processo terapêutico; o reconhecimento de si enquanto corpo político; a nomeação e a identificação de violências estruturais naturalizadas; o reconhecimento de capacidades e competências a partir da validação de experiências sociais e coletivas (NEVES; NOGUEIRA, 2003). É nesse sentido que Castro e Farias (2017) destacam seu compromisso ético: promoção de técnicas terapêuticas que visem ao desenvolvimento de protagonismo e autonomia das minorias, em especial das mulheres, e que promovam ações de consciência cívica, por meio da educação para cidadania, sendo a violência de gênero um dos eixos fundamentais para sua intervenção.

4. PENSANDO A EMERGÊNCIA DE UMA PSICOLOGIA FEMINISTA CONTRACOLONIAL

Paralelamente ao surgimento da Psicologia Feminista, no final da década de 1990, surgem estudos que propõem um “giro” não apenas teórico na forma de compreender o sistema Modernidade/colonialidade, mas também

na forma de resistir política e epistemologicamente. Trata-se dos chamados estudos decoloniais.

Os estudos e pensamentos decoloniais se propuseram a repensar a estruturação global capitalista e como esta causou uma verdadeira cisão na relação centro-periferia, entre os países de terceiro mundo e os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, considerados de primeiro mundo, do qual Europa e, posteriormente, os Estados Unidos, instituíram-se como modelo hegemônico, universal, parâmetro superior de saber e de ser. Logo, parâmetro de poder, numa espécie de organização sistema-mundo (BALLESTRIN, 2013).

Esse sistema-mundo, conforme afirma Quijano (2007), fundar-se-ia a partir de uma matriz colonial de poder que se estabeleceria por relações de exploração e dominação, cujos principais fatores a serem explorados, regulados e controlados, pela via da autoridade e coerção, seriam 1) o trabalho e seus produtos; 2) a natureza e seus recursos de produção; 3) o sexo, seus produtos e a forma de reprodução das espécies; e 4) o conhecimento.

A exploração se consolidaria a partir do estabelecimento do imaginário do mundo moderno/colonial, que é a “complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um lado só, que suprimiram outras memórias” e que, com isso, produzem subjetividades sob os moldes imperialistas dos valores europeus, manipulando-as sob seus interesses. Dessa forma, o fim da colonização oficial teria ocorrido, porém a continuidade da estrutura de poder e dominação colonial seria mantida por outras estratégias de poder, em que a colonialidade inventaria a própria história a partir de marcadores dualistas, nos quais colonizados e colonizadores ocupam polos opostos (MIGNOLO, 2005, p. 40).

A colonialidade, definida por Quijano (2007), garante a soberania do Estado-nação à custa da marginalidade periférica das demais nações, que, para o enriquecimento daquele, podem ser exploradas e/ou servir de cobaia para experimentos, inclusive criando a categoria ficcional de raça, que permitiu a exploração de corpos tidos como não humanos para o desenvolvimento da Modernidade e a criação do status evolucionista do branco europeu. Esta, segundo Maldanato-Torres (2007), também se estenderia ao controle da legitimidade de conhecimentos, discursos, produtos (como a ciência, por exemplo) e afetaria os sentidos que cada indivíduo atribui às suas experiências vividas, sentidas, às relações, impactando o processo de linguagem

dos povos, estendendo-se ao ser.

Esse recurso naturalizante da condição inferior dos povos colonizados, além de possibilitar uma definição estável de papéis sociais organizados de forma hierárquica, fez emergir novas categorias que obedecem a uma lógica binária, em que a superioridade biológica estaria atrelada à cultura e ao saber em detrimento da inferioridade do outro: Oriente/Ocidente; primitivo/civilizado; mítico/científico; tradicional/moderno; europeus/não europeus; humanos/não humanos (brancos/negros; brancos/indígenas); homens/mulheres (DIAS, 2020).

A proposta decolonial, afirma Santos (2018), além de denunciar a colonialidade de poder, propõe um movimento insurgente de rompimento com a base epistêmica moderna. Nessa direção, Lugones (2014) propôs uma nova lente de análise ao considerar que o sistema-mundo deveria ser lido como um “sistema moderno colonial de gênero” em que a criação moderna de categorias homogêneas e separáveis (homem x mulher) seria primordial para a consolidação e a permanência do/das capitalismo/Modernidade sobre marcadores de raça, gênero e sexualidade.

Entre essas categorias, a central estaria na divisão entre humanos e não humanos, a qual traz em si a hierarquia de gênero como ferramenta normativa para coordenar e subordinar os povos, a serviço do homem branco ocidental. De um lado, haveria os humanos, divididos entre o homem europeu enquanto sujeito ativo, racional, partícipe e voltado ao social e ao político, junto às mulheres brancas europeias como instrumentos para reprodução e manutenção das condições facilitadoras ao desenvolvimento masculino a partir da encarnação da passividade e da restrição ao espaço privado; e do outro lado, os não humanos, aqueles/as que podem ser explorados/as, bestiais, promíscuos/as, da selvageria, lidos/as como machos e fêmeas, a exemplo dos povos indígenas e das pessoas pretas.

A matriz colonial de gênero, proposta por Lugones (2014), é atravessada pelas diferentes formas de colonialidade: a de poder (que envolve relações econômicas, espaços, leis, instituições, religiosidades), a de saber e a de ser, que afeta emocionalidades, performances, sonhos, desejos, ideais, autoimagens, referências e afins, sendo, portanto, imposta na invasão dos solos brasileiros, de diversas formas, inclusive a coerção.

Sobre tal, Zanello (2018) demonstra, em sua pesquisa, como discursos médicos, jurídicos, religiosos, punitivos que se implantaram em solos brasilei-

ros durante a invasão portuguesa realizaram um trabalho de adestramento dos corpos, fazendo com que os mecanismos de controle externos passassem a ser internalizados e, com o tempo, considerados como naturais, parte da personalidade, associados ao binarismo biológico homem/mulher.

Como efeito, defende a autora, os dispositivos do amor e da maternidade passam a se tornar identitários para mulheres, com a naturalização de papéis sociais, de sentimentos (como a culpa na maternidade) e de aptidões (como a ideia de “vocação” para cuidado). Além disso, há o dispositivo da eficácia, laboral e sexual, para os homens, com permissividade à agressividade e estímulo à baixa tolerância às frustrações. Esses fatos a fazem afirmar que gênero é um importante determinante social de saúde, eixo fundamental para pensar em modos de subjetivação e de identidade, necessários à Psicologia enquanto ciência e profissão.

Nessa trilha, Gomes (2018) propõe gênero como categoria de análise decolonial, pois, além de desestabilizar as noções de “homem”, “homens”, “mulher”, “mulheres”, “humano”, “sexo” e “corpo”, exige que esses termos sejam analisados sob o signo de raça, dentro da compreensão da Modernidade colonial, fazendo com que tais termos precisem se submeter a uma epistemologia performativa-decolonial.

Utilizando a afirmativa de Butler sobre o gênero ser um modo de fazer perguntas, não necessariamente nefasto ou emancipatório, Gomes (2018) faz uma provocação ao afirmar que nem toda teoria de gênero e seus usos são uma expansão sobre a condição do “humano”, posto que podem se manter em análises antropocêntricas, assentando-se na posição humano/não humano. É preciso, portanto, que as perguntas sejam performativas-decoloniais, isto é, que desativem pressupostos essencialistas subjetivantes.

Conforme Petrone (2019), compreender o sofrimento e até as mortes de mulheres precisa passar por uma análise complexa que envolve uma leitura política da rede capilarizada de poder que incide sobre os corpos, a partir de suas histórias transgeracionais, marcadas pela colonização brasileira. A autora afirma que muitas causas de morte de mulheres – negras, pobres, indígenas, em luta pela reforma agrária, entre outras – são classificadas levemente por psicopatologias que se pretendem neutras, mas que, ao contrário, tornam invisível a complexidade de violências e vulnerabilidades, entre elas econômicas e ambientais, que produziram e produzem sofrimento psíquico e físico a esses corpos políticos.

Tais diagnósticos são gendrados, classistas e racializados, como a própria terminologia “depressão”, que, quando descolada do contexto sócio-histórico dessas mulheres, não assume e oculta as realidades que as açoitam – realidades de exclusão e violações, em que racismo, machismo, abandono e violência estatal se imbricam, rejeitando qualquer priorização. Nessa emergência de debate, surgiu a importância de pensar uma Psicologia Feminista Contracolonial, isto é, que avance nas proposições da Psicologia Feminista no sentido de se propor dialogar com saberes locais, com marcadores históricos da colonização, reconhecendo a pluralidade amazônida. Conforme pensado por Sordi (2022, p. 184), trata-se, portanto, de

um lugar compromissado, crítico, que se pretende histórico e de assunção política, que assume sua posição de saberes, estes que se propõem um contínuo descolonizar e que reconhece a colonialidade de gênero (e as variáveis poder, saber e ser) nas subjetivações, relações e formas de estabelecer discursividades e poder. (SORDI, 2022, p.184)

A autora acima afirma não estar propondo algo inédito, mas a compilação de saberes que andam na mesma direção, articulando as proposições de mulheres feministas, em especial de autoras negras e decoloniais, para pensar na Psicologia enquanto saber-fazer e enquanto atuante sobre o ser, rompendo com a lógica tradicional de “ciência e profissão”, tão bem cristalizada, cujo paradigma ainda se sustenta sob a égide da dicotomia saúde-doença e do poderio científico euro-estadunidense, cuja medicina encarna grande soberania.

Para ela, nessa perspectiva, avança-se na valorização de práticas coletivas, inventivas, em que mulheres possam entrar em contato com as vivências de si, baseadas no diálogo, cujos princípios sejam assegurados pela responsabilidade pessoal, no caso, com o coletivo em questão, assim como com a ética do cuidado. Além disso, há o comprometimento de se estar em constante contato interdisciplinar, para emergência de práxis/saberes transversais de articulações decoloniais e feministas, em contínuas desconstruções das práticas cotidianas e dos arcabouços teóricos.

Neste sentido, defende a necessidade de demarcação assumida de identificação e de enfrentamento aos valores neoliberais, que perpetuem a colonialidade de gênero, posto que seu giro propõe-se não apenas nas relações de poder que envolvem o status da Psicologia enquanto ciência e profissão, mas na descolonização do ser, isto é, “trata-se do alcance

em vidas, com poder de fissurar estruturas, ressignificar trajetórias, ideais; trata-se de estética, de ética, do cuidado de si, transformador, transformações” (SORDI, 2022, p. 216).

Dessa maneira, ampliando os conceitos da Psicologia Feminista, a Psicologia Feminista Contracolonial propõe-se como um pilar de compreensão da subjetivação humana, das relações, dos espaços, das leis, das instituições, assim como das práticas psis, visando a um manejo técnico engajado na descolonização de ser-saber-poder, a partir do reconhecimento de si enquanto sujeito político, coletivo, histórico, e a partir do resgate de saberes ancestrais e da possibilidade de emergência do novo pelo encontro, tendo como eixo norteador as perguntas performativas-decoloniais. É desse marco teórico-conceitual-existencial que surgem as bases filosóficas e epistemológicas a que o projeto “Sobre (Bem) Viver” se lança.

5. AS PRÁTICAS CIRCULARES

O projeto “Sobre (Bem) Viver” utiliza as práticas circulares como metodologia para os grupos reflexivos, assim como para as supervisões com as facilitadoras, que dedicam um dos encontros para o cuidado em grupo. Na garantia do formato horizontal, prezando o fortalecimento de vínculos e da circularidade do saber, em que todos os membros têm o mesmo grau de importância e de contribuição, utilizam-se como técnica as práticas circulares. Demarca-se que as práticas circulares aqui se destacam pelo eixo edificador que baliza os procedimentos teóricos e práticos: a Psicologia Feminista numa perspectiva contracolonial, com sua proposição reflexiva crítica histórica.

A prática circular foi eleita como procedimento metodológico devido à concordância de sua proposição filosófica com os pressupostos de desconstruções da Psicologia Feminista, assim como com a ideia de descolonização do saber, que abre espaço para o saber transversal, sem a figura do mestre-educador, em lugar da qual se promove a aposta da troca e da importância das vivências sem grau de hierarquia. Assim, o produto novo emergido pelo caráter experiencial permite à teoria fazer sentido a partir da vivência, em que prática, teoria e vivências são convidadas a andar juntas, afastando-se da lógica bancária e apostando nas palavras, no encontro coletivo e na arte.

Os processos circulares produzem uma combinação entre antigo e novo, uma vez que são alicerçados nos diálogos e rituais de tradições antigas dos povos aborígenes, indígenas norte-americanos, com seu bastão de fala, ao

passo que também mesclam conceitos contemporâneos de inclusão e democracia, como as reflexões a partir dos estudos feministas. Essas práticas circulares têm como objetivo estabelecer uma conexão profunda entre as pessoas, explorar pontos de conexões que as aproximam, como os estruturais, assim como explorar as diferenças, ao invés de exterminá-las, ofertando às pessoas igual e voluntária oportunidade de participar, falar e ser ouvido pelos demais sem interrupção (PRANIS, 2010).

Considerando as próprias mulheres como cíclicas, o círculo é uma metáfora, um símbolo, que revela uma visão de mundo e seu funcionamento, na qual há uma interconexão entre as existências, transcendendo a compreensão binária entre humano e natureza, comum ao poder-saber hegemônico eurocêntrico.

Compreendendo que esse poder pode ser utilizado para estabelecer hierarquias sobre os outros, a prática circular propõe o “poder com”, ao garantir que a narrativa e a voz de cada pessoa sejam valorizadas, mantendo o equilíbrio da importância de todas as participantes do círculo. Sendo assim, há um poder pessoal, de autodeterminação, de escolher se se quer falar e quando, além de se poder falar livremente, sem julgamentos, tendo seu espaço de fala respeitado. Mas há, também, um poder coletivo, na medida em que as tomadas de decisões por consenso não privilegiam nenhuma posição ou ponto de vista particular (PRANIS, 2010).

Dessa forma, a elaboração das perguntas norteadoras é imprescindível e, de acordo com Pranis (2010), quando compartilhamos nossa narrativa individual com os outros componentes do grupo, conseguimos encontrar pontos em comum com as nossas narrativas, o que possibilita conhecer a nós e aos outros melhor, fato também caro ao movimento feminista. Sendo assim, parte-se da compreensão feminista de que “o pessoal é político”, considerada por Louro (1997, p. 148-149) como um “dos mais importantes *insights* do pensamento feminista”, pois propõe que as experiências e práticas individuais são construções no e pelo social, mas também constituem o que é social³.

³ Esta expressão popularizou-se pelo ensaio de Carol Hanisch, de 1964, sob o título *The personal is also political*, que afirma o papel político ao considerar que foram os encontros grupais que lhe ofertaram um espaço de compreensão para suas opressões, até mais que suas ações militantes. Em suas palavras: “uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que os problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais no momento. Há apenas ação coletiva para uma solução coletiva. Eu fui, e continuo a ir para essas reuniões, porque obtive um entendimento político que todas as minhas leituras, todas as minhas ‘discussões política’, toda a minha ‘ação política’, todos os meus quatro estranhos anos no movimento nunca me deram. Fui forçada a tirar os óculos cor-de-rosa e encarar a horrível verdade sobre a minha vida que é ser mulher. Eu estou tendo uma compreensão profunda de tudo...” (HANISCH, 1964 apud ANDRADE, 2018).

A prática circular organiza as participantes sentadas em um círculo e ocorre com os seguintes procedimentos e ferramentas: uma peça de centro que cria o foco central para os participantes; uma cerimônia de abertura que marca o início de um espaço especial do círculo; um objeto chamado de objeto da palavra, que regula o fluxo do diálogo, ao ser passado entre as pessoas, garantindo quem fala e quando fala; a cerimônia de fechamento, marcando a finalização do espaço circular (PRANIS, 2010).

Considera-se que existem elementos importantes para criar um espaço acolhedor e que permita com que participantes possam falar de forma honesta e horizontal, sendo importante respeitar os passos em sua organização, começando pela cerimônia de abertura, passando pela apresentação da peça de centro, pela discussão de valores (pessoais) e diretrizes (normas) que serão utilizados nos encontros, o objeto da palavra, as perguntas norteadoras e a cerimônia de encerramento.

Por se tratar de um momento diferencial, marcar o início e o fim do círculo com cerimônias permite não apenas uma conexão com o encontro, com o centramento e a interconexão, mas também a demarcação de um momento que será de vivências íntimas e trocas. A peça de centro, por sua vez, cria um ponto de foco, tendo formato circular e, muitas vezes, podendo ser composta por objetos pessoais dos/as participantes, criando sentimento de pertencimento, ou seja, enfatizando a inclusão ao incorporar símbolos de membros individuais e da cultura.

Os valores escolhidos são aqueles importantes individualmente e que os/as participantes querem trazer para o diálogo, de forma a criar alicerces para a condução do encontro. Já as diretrizes são as normas de funcionamento que acreditam serem essenciais para a manutenção dos encontros. Elas são primordiais por poderem ser resgatadas ao longo do processo, caso necessário, uma vez que são pactuadas em concordância com o grupo e, apesar de não serem restrições rígidas, dão apoio às expectativas comportamentais que serão compartilhadas pelos/as participantes, já que, como se disse, são adotadas em consenso.

Parte determinante do processo e que mantém o diferencial frente a outras práticas grupais é o objeto da palavra, um equalizador que permite a democratização da fala, tanto por oportunizar aos mais inibidos a oportunidade de se expressarem quanto por diminuir a ansiedade entre os membros no momento da fala do outro: é certo que chegará sua vez e você poderá escolher

se quer se expressar ou não. Esse objeto, que serve para regular o diálogo e que contém um valor simbólico para o grupo, passa por cada participante, e somente quem o detém nas mãos pode falar, sem interrupção, o que também permite que os participantes foquem a escuta e não se distraiam pensando em dar respostas ao que está sendo dito. Além disso, tece um fio de conexão, permitindo que a facilitadora não assuma um papel centralizador (a não ser quando a mediação é necessária), distribuindo o controle entre os participantes.

As perguntas norteadoras, cuidadosamente formuladas, estimulam a conversa a respeito do interesse principal, e cada membro tem a oportunidade de dar respostas. As perguntas têm como objetivo encorajar os participantes a falar das suas experiências vividas, compartilhar suas histórias e vivências, focar sentimentos e impactos sofridos e o que pode ser feito disso. Por fim, a cerimônia de encerramento acontece com o intuito de reforçar a interconectividade do grupo, mas também de preparar para o retorno ao espaço comum de suas vidas.

As pessoas que facilitam, nesse processo, fazem parte do encontro sem hierarquia, participando verdadeiramente do processo, em relação às trocas e às vivências. Contudo, facilitadores sempre atuam em parceria, devido às possibilidades de mobilizações, além de sua importância para resgatar diretrizes e valores quando necessário e para conduzir as perguntas norteadoras, que são pensadas previamente a partir do objetivo do encontro.

A ideia de descolonizar permite, portanto, que o roteiro não seja rígido, possibilitando a criação de novas perguntas norteadoras, assim como dando abertura para que participantes construam e contribuam com sugestões temáticas, levando seus objetos e cerimônias de abertura ou de fechamento.

Além disso, sendo um grupo de Psicologia Feminista Contracolônia, seu diferencial em relação a outras práticas circulares está na elaboração dos processos grupais, pois os eixos norteadores dos encontros passam pelos pressupostos epistemológicos aqui apresentados. Dessa forma, círculos surgem de estudos realizados em grupos que suscitam mobilizações e, com elas, a criação de dinâmicas e perguntas norteadoras, aqui chamadas de perguntas performativas-decoloniais, que produzem questionamentos desconstrutivos de performances de uma matriz colonial de gênero. Nesse sentido, surgem temas que perpassam conceitos como rivalidade feminina, sororidade, sobrecarga materna, dependência afetiva, padrão de beleza,

ideal de amor romântico, entre outros.

Demarca-se, assim, que as práticas circulares de caráter reflexivo da Psicologia Feminista Contracolonial trabalham a definição de objetivos, dinâmicas e perguntas norteadoras reflexivas a partir de seus pressupostos críticos teóricos, em que o protagonismo das participantes ocorre por meio da troca de experiências coletivas entre mulheres. Seus eixos norteadores são a compreensão de si enquanto corpo político, o fortalecimento de suas potencialidades e a aposta da emancipação feminina pelo coletivo, como o enfrentamento de violências domésticas.

Perguntas do tipo “como foi para você falar de sua vivência e como foi ouvir as vivências compartilhadas aqui?” e “que ponto semelhante você sentiu ou percebeu diante das vivências compartilhadas?” permitem que temáticas possam ser refletidas a partir de memórias compartilhadas, afetos emergidos e identificações, mediadas por reflexões críticas sobre relações de gênero. Vassalo (2022) comenta, de forma prática, algo que podemos transpor para a prática de vivências:

Quando dou oficinas para debater questões de gênero, depois de horas explicando, mostrando vídeos, levantando dúvidas sobre o “natural” de nossas construções, muitas vezes alguém conclui dizendo “ok, mas meninas gostam de rosa”. Compro a ideia. Digamos que garotas gostam de rosa. As perguntas são: o que acontece com meninas que não gostam de rosa? O que faz tantas garotas gostarem de rosa? O que acontece com meninos que também gostam de rosa e não têm permissão para usar esta cor. Esse é o foco das perguntas – Não o rosa, que é apenas uma cor. Mas há vidas obrigadas ao rosa e vidas excluídas do rosa (VASSALO, 2022, p. 22).

Além disso, na contramão de uma educação bancária, os grupos propõem um espaço de cuidado às facilitadoras, visando a uma outra lógica de transmissão do saber, na qual suas experiências de vida são fundamentais na articulação teórica, sendo as facilitadoras também pessoas afetadas pelo processo de reflexão.

Para Sordi (2022), que realizou pesquisa acerca da participação do grupo de estudos do projeto, foi possível perceber conquistas significativas pelas integrantes: manejo técnico com sensibilização para escuta, identificação e nomeação de violências, comprometimento com a não revitimização, intervenções para elaborações psíquicas, conhecimento da rede de serviços.

Além disso, todas afirmaram levar o conhecimento para novos espaços de trabalho e desdobramentos na vida pessoal, para espaços de amizade e familiares, com rompimento de ciclos de violência.

Percebe-se, portanto, a importância do letramento de gênero por parte das facilitadoras para manejo de situações de conflito, assim como para sua condução, conforme o fluxo do grupo e dos casos demandados. Por isso, tal grupo de atendimento só se torna possível devido à existência paralela do grupo de estudos e das supervisões teóricas e vivenciais, que abordam os atravessamentos afetivos. Além disso, a formação pela descolonização do ser-saber parece ser ferramenta primordial para uma educação libertária e transformadora de uma psicologia comprometida com pautas antidiscriminatórias e com uma sociedade que vise ao bem-viver.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Sobre (Bem) Viver” tem atuado no sentido formativo de alunas do curso de Psicologia ao promover estudos teóricos que questionam a Psicologia tradicional a partir das lentes críticas da Psicologia Feminista Contra-colonial, cujas reflexões permitem problematizar os saberes e as práticas psicológicas na manutenção de violências estruturais de gênero. O projeto também busca oportunizar às mulheres da comunidade e às próprias estudantes reflexões sobre as afetações estruturais na produção de modos de subjetivação e na materialização de corpos políticos e, a partir disso, promover o cuidado de si.

No processo formativo, as estudantes assumem o protagonismo de práticas de prevenção de violências e promoção de saúde, criando jogos, oficinas, rodas de diálogo de letramento de gênero e raça em instituições educacionais, de saúde e de assistência social, assim como desenvolvem habilidades de escuta para identificação, nomeação e manejo de situações de violência, realizam leituras críticas pouco frequentes na formação tradicional, exercitam a escrita enquanto pensadoras e pesquisadoras e fortalecem-se enquanto coletivo de mulheres. Mulheres essas que também sentem os efeitos em suas vidas pessoais, alcançando relações familiares e de amizade.

A produção de um saber-fazer questionador acerca de diagnósticos, sintomas e direção de tratamento possibilita evitar a recorrência de violências institucionais e propicia um espaço possível para o testemunho e as elaborações psíquicas das mulheres atendidas, na desnaturalização de violências

cotidianas. Torna-se possível, assim, observar, no relato dessas mulheres, as mudanças em suas vidas: na autoimagem, na autoestima, nas relações sociais, profissionais e afins, assim como no fortalecimento pelo coletivo.

Dessa forma, aposta-se na importância da disseminação da Psicologia Feminista Contracolonial para inserção no processo formativo de discentes, mas também na divulgação de suas práticas, como os grupos reflexivos, devido a seu potencial transformador no combate e no enfrentamento das violências estruturais, de modo que a replicação e a extensão de ações em outros espaços têm muito a contribuir com responsabilidade social, compromisso político e ético da Psicologia enquanto ciência e profissão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mailô de Menezes. **“Ela não mereceu ser estuprada”**: a cultura do estupro em casos penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CASTRO, Heloisa Maria, FARIAS, Kamila Gadelha. Psicologia feminista: uma abordagem comprometida com a mudança social. **II Colóquio Nacional de representações de gênero e sexualidades**. Universidade Federal de Campina Grande. 2017.

COSTA, Andrea. Dano ambiental: o fatalismo da dignidade da pessoa humana na contemporaneidade. **Planeta Amazônia**: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas, Macapá, n. 9, p. 89-102, 2017.

DIAS, Maria Claria. Feminismo e decolonialidade: contribuições de María Lugones para a promoção da justiça em sociedades periféricas. In: Dias, Maria Clara; GONÇALVES, Letícia; GONZAGA, Paula; SOARES, Suane (Org). **Feminismos decoloniais: Homenagem a Maria Lugones**. Rio de Janeiro: Ape´Ku, 2020.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Dossiê: Gênero e sexualidade. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 18 (1), Jan.-Abr., 2018.

IPEA – **Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Brasília: Ipea; IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2023.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez., 2008.

MALDONATO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ & GROSFOGUEL. R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

MIGNOLO, Walter D. La Idea de América Latina. In: MIGNOLO, Walter D. **La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Tradução do original em inglês: Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. 241 p., 2007.

NEVES, S., NOGUEIRA, C. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade, a reconstrução dos espaços terapêuticos. **Psicologia & Sociedade**; 15 (2): 43-64; jul./dez., 2003.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

PRANIS, Kay; BOYES, Carolyn. **Guia de Práticas Circulares: no coração da esperança**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas. 2011. 280 p.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUIZZA, Cinzia.

BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y clasificación social. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

SANTOS, Vivian Matias do. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e sociedade**, 30, 2018.

SORDI, Bárbara. **Grupos de estudos feministas em espaços universitários e as insurgentes tessituras na descolonização de psicologia**. 2022. 237 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Pará, 2022.

VASSALO, Brigitte. **O desafio poliamoroso**: por uma nova política dos afetos. São Paulo: Elefante, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Gênero, dispositivos e subjetividade**: cultura e processo de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ⁱ Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade da Amazônia (UNAMA), onde coordena o Coletivo Relações de gênero, feminismos e violências e o Projeto Sobre (bem) Viver.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2085-7602>

E-mail: barbarasordi@hotmail.com

Artigo recebido em: 04 abr. 2023. | Artigo aprovado em: 01 jun. 2023.